PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.

CNPJ/MF N° 14.308.514/0001-13 NIRE N° 29.3.000.0684-0 Cia. Aberta

Em cumprimento ao disposto no artigo 9° da Instrução CVM n° 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/09"), a Companhia disponibiliza as informações indicadas nos itens "a" e "b" abaixo, necessárias à realização da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a qual deverá ocorrer em 30 de abril de 2012, em sua sede social, conforme edital de convocação publicado segundo dispõe a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976

Como as informações ora apresentadas complementam as informações que foram disponibilizadas pela Companhia em 14 de abril de 2011 e que se referiam exclusivamente (i) à proposta de remuneração dos administradores, e (ii) às informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência conforme previsto no art. 12 da ICVM 481/09, todas essas informações foram consolidadas no presente documento conforme se seque:

- a) Item 10 do Formulário de Referência contendo os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (artigo 9°, inciso III da ICVM 481/09);
- b) Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 contendo a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2011 (artigo 9°, §1°, inciso II da ICVM 481/09); e
- c) Proposta da remuneração dos administradores e item 13 do Formulário de Referência (artigo 12 da ICVM 481/09) referente ao mesmo assunto.

Os demais documentos exigidos pelo artigo 9° da ICVM 481/09 foram disponibilizados na presente data.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

- Diretor de Relações com Investidores -

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Participações Industriais do Nordeste S.A. é uma holding com participação direta nas sociedades PQ Seguros S.A., MSB Participações S.A. e Latapack S.A., além de participação indireta na Latapack-Ball Embalagens Ltda. e na Latapack Participações Ltda. Em 2011, a Participações Industriais do Nordeste S.A. alienou sua participação direta na PIN Agropecuária pelo valor de R\$ 7 milhões para a PIN Petroquímica Participações S.A.

Desta forma, as informações financeiras apresentadas neste item 10 sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A fonte de receita da Companhia advém, em maior parte, da comercialização, pela Latapack-Ball Embalagens Ltda., de embalagens de alumínio destinadas ao mercado de bebidas e, em menor escala, do seguro DPVAT e de receitas de aluguel (PQ Seguros S.A.).

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para suportar suas operações de curto e médio prazo sem necessidade de investimento em capital de giro.

As disponibilidades acrescidas das aplicações financeiras são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade total de recursos de curto prazo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- I. hipóteses de resgate
- II. fórmula de cálculo do valor do resgate

O capital social encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao dividendo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a um voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1° do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com ativo circulante total no valor de R\$ 220.458 mil, montante suficiente para cobrir suas obrigações totais de curto prazo (R\$ 158.295) e parte relevante das exigibilidades de longo prazo.

A dívida bruta da Companhia ao término de 2011 totalizava R\$ 245.793 mil, sendo R\$ 51.464 mil com vencimento em curto prazo e R\$ 194.329 com vencimento em médio e longo prazo, contemplando um déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 130.842 mil em relação aos empréstimos e financiamentos.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa recorrente e a sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Estrategicamente, a Companhia procura manter sua disponibilidade de caixa em nível confortável para o apropriado desempenho das suas atividades operacionais. Deste modo, a geração operacional de caixa da Companhia, juntamente com esta parcela de disponibilidade, é suficiente para a demanda de capital de giro líquido.

A Companhia, atualmente, possui uma dívida decorrente do contrato de financiamento de longo prazo celebrado entre sua controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. e o International Finance Corporation (IFC) para a construção de uma unidade fabril, cuja operação industrial teve início no final de 2009. A Latapack-Ball Embalagens Ltda. captou, em 2011, dívida adicional de longo prazo com o International Finance Corporation (IFC) para construção de nova unidade fabril, cuja operação industrial se iniciará em 2012. Dada a perspectiva de crescimento do mercado de embalagens metálicas, a Companhia tende a manter como prática a captação de recursos através de linhas que ofereçam taxas de juros mais baixas que a média do mercado privado, além de prazo de financiamento e carência também acima da média das linhas tradicionais.

Adicionalmente, a Companhia obteve um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Bradesco para aumento de participação acionária em controlada.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia conta com a geração de caixa como fonte de financiamento de seu capital de giro. Adicionalmente, ela dispõe de limites de crédito aprovados junto a instituições financeiras para suportar eventual excesso de demanda de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 245.793 mil em dívidas com instituições financeiras, sendo R\$ 51.464 em dívidas com vencimento ao longo do ano de 2012.

A Companhia possui o montante de R\$ 194.329 mil em dívidas de longo prazo provenientes dos financiamentos da Latapack-Ball Embalagens Ltda. junto ao IFC e da Participações Industriais Nordeste S.A. junto ao Banco Bradesco para a construção de duas unidades fabris e para a compra de participação acionária em controlada, respectivamente. A Companhia avalia que seu nível de endividamento está adequado. Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2011:

Descrição / Taxa média de juros e comissões	2011	2010
Moeda estrangeira Dólares americanos: Libor + 1,03% a.a. a 3,05% a.a. Dólares americanos: 5,6953% a.a	167.896 70.898	123.574 62.571
Moeda nacional TJLP	368	912
Juros sobre financiamentos	6.631	2.462
Total Passivo circulante Passivo não circulante	245.793 51.464 194.329	189.519 16.090 173.429

A tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	Vencimentos			
	2011	2010		
2012	0	39.537		
2013	51.326	45.957		
2014	56.920	40.180		
2015	56.920	40.181		
2016	16.361	3.787		
2017	11.557	3.787		
2018	1.245	0		
Total	194.329	173.429		

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A totalidade dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, como explicado anteriormente, é proveniente, em quase sua totalidade, dos financiamentos da Latapack-Ball Embalagens Ltda. junto ao IFC e da Participações Industriais do Nordeste S.A. junto ao Banco Bradesco para a construção de uma unidade fabril adicional e aquisição de participação acionária em controlada, respectivamente.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O contrato de financiamento de longo prazo com o IFC - International Finance Corporation – está sujeito às clausulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem controle de limites para a cobertura do serviço da dívida através da relação endividamento líquido/EBITDA ("Earnings Before Interest, Depreciation and Amortization"), bem como limites para a cobertura de serviços da dívida através da relação EBITDA/despesa financeira líquida. Há também uma cláusula que define um valor mínimo para o patrimônio líquido da empresa. Incluem, também, restrições de praxe sobre criação de novos gravames sobre bens do ativo, venda de bens do ativo, distribuição de lucros e transações com filiais. Em 31 de dezembro de 2011, a Latapack-Ball Embalagens Ltda. estava adimplente com todas as cláusulas restritivas.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O balanço patrimonial a seguir reflete a estrutura das demonstrações financeiras consolidadas, auditadas pelos auditores independentes e seus valores são expressos em milhares de reais.

	-		Consolidado		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Variação % 2011/ 2010	Variação % 2010/ 2009
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	114.951	123.296	80.126	-7%	54%
Títulos mantidos para venda Instrumentos financeiros	2.432	1.737	1.737	40%	0%
derivativos	8.097	1.823	492	344%	271%
Contas a receber de clientes	38.098	24.042	14.955	58%	61%
Dividendos a receber	734	-	-	100%	0%
Partes relacionadas	378	1.502	-	-75%	100%
Estoques	41.321	32.410	13.751	27%	136%

Ir	npostos a recuperar	12.086	11.208	7.142	8%	57%
0	utras contas a receber	365	290	1.168	26%	-75%
D	espesas do exercício seguinte	1.996	1.724	211	16%	717%
	-	220.458	198.032	119.582		
Não	circulante					
R	ealizável a longo prazo Imposto de renda e					
	contribuição social diferidos	5.611	-	1.001	100%	-100%
	Partes relacionadas	7.190	463	2.237	1453%	-79%
	Impostos a recuperar	10.964	4.203	3.762	161%	12%
	Outras contas a receber	600	1.518	1.588	-60%	-4%
	-	24.365	6.184	8.588		
Inve	stimento					
Pı	ropriedades para investimento	6.951	7.335	8.856	-5%	-17%
0	utras participações societárias	332	581	1.210	-43%	-52%
Imo	bilizado	302.726	236.389	104.148	28%	127%
Inta	ngível	2.289	1.628	947	41%	72%
	-	312.298	245.933	115.161		
		004.440	050 447	100 740		
	-	336.663	252.117	123.749		
Tota	l do ativo	557.121	450.149	243.331		
	=					
Pas	sivo e patrimônio líquido			Consolidado		
		31 de	31 de	31 de	Variação %	Variação
		dezembro de 2011	dezembro de 2010	dezembro de 2009	2011/ 2010	% 2010/ 2009
Circ	culante					
	Fornecedores	44.913	22.053	12.900	104%	71%
	Empréstimos e financiamentos	51.464	16.090	3.678	220%	337%
	Partes relacionadas	1.389	4.909	-	-72%	100%
	Salários e encargos sociais Imposto de renda e contribuição	6.104	6.793	2.059	-10%	230%
	social a pagar	3.746	990	5.422	278%	-82%
	Tributos a pagar	6.183	7.835	584	-21%	1242%

Instrumentos financeiros derivativos	6.347	7.712	2.793	-18%	176%
Adiantamentos de clientes	10.878	218	213	4890%	2%
Parcelamento de tributos	70	59	59	19%	0%
Provisões técnicas	26.410	23.841	22.393	11%	6%
Outras contas a pagar	791	1.001	5.247	-21%	-81%
	158.295	91.501	55.348		
Não circulante Imposto de renda e contribuição					
social diferidos	278	3.351	-	-92%	100%
Provisão para contingências	1.819	1.741	1.373	4%	27%
Empréstimos e financiamentos	194.329	173.429	77.478	12%	124%
Adiantamentos de clientes Instrumentos financeiros	45.337	47.104	-	-4%	100%
derivativos	340	359	-	0%	0%
Parcelamento de tributos	794	831	834	-4%	0%
Outras contas a pagar		1.031	3.978	-100%	-74%
	242.897	228.026	83.663		
Patrimônio líquido - capital e reservas					
Capital social	69.748	54.373	54.373		
Reserva de capital	71	71	71		
Reservas de lucros	84.105	78.522	47.613		
Ajuste de avaliação patrimonial	53	(1.018)	(164)		
Ágio em transações de capital	(42.225)	(42.225)			
	111.752	89.723	101.893		
Participação dos não controladores	44.177	40.899	2.427		
	155.929	130.622	104.320		
Total do passivo	557.121	450.149	243.331		

Foram considerados como significativas, para fins de comparação, os valores que representam dentro do seu grupo contábil mais de 20%, e que sofreram variação (positiva ou negativa) maior que este percentual, entre um ano e o ano subseqüente.

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa em 2010 foi de R\$ 123.296, representando um aumento de 29% em relação ao ano de 2009, que foi de R\$ 80.126, reflexo substancialmente do aumento da aplicação em CDB feita pela controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. O aumento da aplicação ocorreu em função da maior capacidade de geração operacional de caixa da empresa e do adiantamento recebido de clientes, ambos parcialmente compensados pelo investimento em expansão da unidade fabril de Três Rios.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. possuía despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em consequência, vem sendo contabilizado o ativo ou passivo fiscal diferido que, em 31 de dezembro de 2011, totalizava R\$ 5.611 no balanço consolidado da Controladora.

Crédito com partes relacionadas

Em 29 de setembro de 2011 a Participações Industriais do Nordeste S.A. celebrou contrato de compra e venda da controlada PIN Agropecuária Ltda. com a PIN Petroquímica Participações S.A., no valor de R\$ 7.000 a ser pago até 30 de março de 2012, valor este corrigido monetariamente a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, que em 31 de dezembro de 2011, montava R\$ 7.190.

Impostos a recuperar (não-circulante)

Em 2011, após análise, a Participações Industriais do Nordeste S.A. optou por reclassificar parte do valor de impostos a recuperar para o ativo não circulante, uma vez que não há previsão para recuperação deste montante no curto prazo. Esta reclassificação ocasionou a oscilação apontada no balanço.

Imobilizado

O aumento sucessivo do saldo da conta de imobilizado a partir de 2009 se deve substancialmente as aquisições de máquinas e equipamentos feitas pela Latapack-Ball Embalagens Ltda. na construção das novas unidades fabris de Três Rios, iniciada em 2009 e de Alagoinhas com início em 2011.

Fornecedores

As variações observadas nos três últimos exercícios são reflexos da consolidação do balanço da controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. ocasionada pelo aumento da produção para suportar a demanda do mercado nacional por latas de alumínio, somado a compra de materiais para a construção das unidades fabris de Três Rios e Alagoinhas.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

A variação de empréstimos e financiamentos em 2011 se deve ao vencimento das parcelas dos empréstimos tomados pela Participações Industriais do Nordeste S.A. e pela

sua controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. que passaram do não circulante para circulante.

Em 2010, a variação refere-se substancialmente da controladora Participações Industriais do Nordeste S.A. que contraiu empréstimo no exterior no montante de R\$ 65.988 (US\$ 37.600) a taxa pré-fixada de 5,68953% ao ano para aquisição de ações da Latapack S.A. em poder de terceiros. A amortização do empréstimo dar-se-á a partir de julho de 2012 em parcelas anuais de US\$ 9.400.

Adiantamento de clientes

Corresponde ao montante recebido pela controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. durante 2010, em conexão com o contrato firmado entre ambas as partes. De acordo com o contrato, a entrega do produto terá início em 2012, e a Latapack-Ball espera concluir essas entregas até 2016.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Variação % 2011/ 2010	Variação % 2010/ 2009	
Receita líquida da venda de produtos e serviços	319.192	295.263	115.966	8%	155%	
Custos dos produtos vendidos	(234.923)	(221.736)	(93.191)	6%	138%	
Lucro bruto	84.269	73.527	22.775	15%	223%	
Receitas (despesas) operacionais						
Receitas com seguros	26.878	23.960	21.872	12%	10%	
Rendas de prestação de serviços Despesa com operações de	-	-	663	0%	-100%	
seguro	(23.469)	(20.646)	(18.095)	14%	14%	
Despesas com vendas	(3.217)	(3.015)	(1.391)	7%	117%	
Despesas gerais e administrativas Participação nos lucros de	(26.849)	(26.005)	(15.577)	3%	67%	
controladas	1.595	-	-	100%	0%	
Outras, líquidas	2.435	(1.180)	3.563	-306%	-133%	
Lucro operacional	61.642	46.641	13.810			
Receitas financeiras	38.399	16.870	11.645	128%	45%	
Despesas financeiras	(31.204)	(26.759)	(7.789)	17%	244%	
Variação monetárias e cambiais	(33.955)	17.244	145	-297%	11792%	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(26.760)	7.355	4.001			

Lucro antes do imposto e renda e da contribuição social	34.882	53.996	17.811
Imposto de renda e contribuição social			
Do exercício	(15.185)	(6.948)	(2.099)
Diferidos	8.930	(5.199)	(1.562)
Lucro líquido do exercício Atribuído aos sócios da	28.627	41.849	14.150
controladora	20.958	27.906	78
Atribuído a sócios não controladores	7.669	13.943	14.072

Foram considerados como relevantes, para fins de comparação, os valores que representam mais de 20% do lucro líquido do exercício, e que sofreram variação (positiva ou negativa) de maior que este percentual, entre um ano e o ano subsequente.

Receita de vendas e lucro bruto

O crescimento na receita de vendas e conseqüentemente no lucro bruto deve-se substancialmente à empresa Latapack-Ball Embalagens Ltda.. A forte expansão do mercado de latas de alumínio é a principal razão para o aumento das vendas.

Receitas financeiras

Em 2011, o saldo de receita financeira na demonstração consolidada da Participações Industriais do Nordeste S.A. era de R\$ 38.399, aumento de 128% em relação a 2010 que era de R\$ 16.870, reflexo principalmente do aumento no saldo desta conta na controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda.. Este aumento se deve substancialmente a ganhos com operações de derivativos e Export Note.

Variações monetárias e cambiais

A variação ocorrida entre 2010 e 2009, deve-se ao aumento nas variações cambiais ativas da controlada em conjunto Latapack- Ball Embalagens Ltda., advindo principalmente do reconhecimento destas variações nos empréstimos.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

<u>Latapack-Ball Embalagens Ltda.</u>: as receitas da sociedade provêm basicamente da comercialização de embalagens de alumínio aos mercados de bebidas, em especial cerveja.

<u>PQ Seguros S.A.</u>: a receita da sociedade é decorrente da participação que possui no Convênio DPVAT e aluguel de imóveis.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Todos os fatores que afetaram materialmente o resultado do emissor já foram explicados nos parágrafos anteriores.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

A receita operacional líquida da sociedade aumentou 9%, de R\$ 291.463 mil em 2010 para R\$ 317.259 mil em 2011. As principais razões foram:

- i) aumento no volume de vendas, decorrente do crescimento do mercado de latas de alumínio; e
- ii) repasse da inflação do ano corrente e da variação do preço internacional do alumínio aos clientes:

PQ Seguros S.A.

A receita operacional líquida da sociedade aumentou 12%, de R\$ 23.960 mil em 2010 para R\$ 26.878 mil em 2011. O bom desempenho do Seguro DPVAT é reflexo do aumento da renda do brasileiro, da desoneração tributária na indústria automotiva e da difusão de conhecimento a respeito do funcionamento do Seguro DPVAT.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

O principal insumo na produção de latas é o alumínio, commodity internacional indexada ao dólar, cujo preço em reais sofre flutuações em função da volatilidade da cotação do alumínio no mercado mundial, bem como da variação da cotação do dólar norteamericano.

Os gastos fixos da sociedade variam principalmente conforme a inflação.

Os impactos destas variáveis no resultado operacional da sociedade são reduzidos pelo fato de suas variações também influenciarem a formação do preço de venda das latas de alumínio comercializadas pela sociedade.

Os empréstimos e financiamentos estão em sua maioria vinculados ao dólar norteamericano.

PQ Seguros S.A

A taxa de juros impacta o resultado financeiro da PQ Seguros, pois incidem diretamente sobre os ativos (títulos públicos federais – LFTs) garantidores de provisões técnicas da sociedade.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2011, a Participações Industriais do Nordeste S.A. alienou a totalidade de sua participação direta na PIN Agropecuária Ltda. pelo valor de R\$ 7 milhões para a PIN Petroquímica Participações S.A..

Não há previsão para criação ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Participações Industriais do Nordeste S.A. aumentou sua participação na Latapack-Ball Embalagens Ltda. por meio da aquisição de parte das ações de emissão da controlada direta Latapack S.A. alienadas pela Unigel Química S.A.

A operação acima está fundamentada na expectativa de crescimento do mercado de embalagens metálicas e reflexos diretos na geração operacional de caixa deste segmento operacional, segundo a avaliação da administração da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS foram publicadas no ano de 2010, onde o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade foi aplicado, sendo assim as mudanças mais significativas foram feitas neste ano.

No ano de 2011, a Participações Industriais do Nordeste S.A. deu continuidade à aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standars – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os pronunciamentos foram implementados retroativamente a 01 de janeiro de 2009, data de transição. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo

com as normas contábeis emitidas pelo CPC e não apresentou impactos relevantes, ocorreram basicamente reclassificações principalmente nas rubricas de instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, adiantamento de clientes e estoques.

A Companhia estabeleceu que a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis fosse em 01 de janeiro de 2009, data na qual a Sociedade e suas controladas prepararam seu balanço patrimonial de abertura segundo os pronunciamentos do Novo BR GAAP e IFRS. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a adoção é mandatória.

As normas e alterações demonstradas, que afetam a Companhia e relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 01 de janeiro de 2011 ou após esta data. Todavia não houve adoção antecipada destas normas e alterações por parte da Companhia e sua controlada.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros" emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo de atualização e substituição do IAS 39, Instrumentos Financeiros: mensuração e reconhecimento. A norma entra em vigor em 01 de janeiro de 2013.
- IAS 24, "Divulgação de partes relacionadas" Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação para entidades relacionadas ao governo. A norma entra em vigor em 01 de janeiro de 2011;

Com base no CPC 37, é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às praticas contábeis adotadas anteriormente, porém a norma também proíbe o ajuste retroativo de determinados grupos do balanço e do resultado.

A Companhia aplicou as seguintes isenções optativas e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis:

- a) Reconhecimento inicial do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento pelo valor justo: A Companhia optou pelo não reconhecimento inicial de classes dos ativos imobilizado, intangível e propriedade para investimento pelo valor justo (deemed cost) na data da transição.
- b) Mensuração de combinações de negócios: A Companhia optou por não remensurar combinações de negócio ocorridas antes da data de transição de acordo com o pronunciamento CPC 15.
- c) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: A Companhia adotou para suas controladas e controladas em conjunto os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição.
- d) Reconhecimento das diferenças acumuladas de conversão: A Companhia não possui controladas no exterior na data de transição para os novos pronunciamentos contábeis.
- e) Ajuste de estimativas: A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente à data de transição para os novos pronunciamentos contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos da transição das práticas contábeis no resultado da Companhia e do consolidado nos 3 últimos exercícios. Todavia houve efeito no patrimônio líquido em 2010 conforme demonstrado na tabela abaixo.

Conciliação do patrimônio líquido		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Patrimônio líquido as práticas			
anteriores	111.752	92.726	101.893
Realização de deságio	-	3.003	-
Patrimônio líquido de acordo com o			
IRFS e CPC	111.752	89.723	101.893

Conforme CPC 15 apêndice B69e o deságio em participação em controlada ou coligada deve ser baixado em Lucros Acumulados em 1º de janeiro de 2010.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor externo apresentou a seguinte ênfase: "Conforme descrito na nota explicativa 2.1 (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Participações Industriais do Nordeste S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto".

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de

sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/2008. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Impairment de ativos financeiros

Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há

evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de avaliação do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), deduzindo da provisão para perdas na realização.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Ativos intangíveis

As licenças de uso e software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de cinco anos.

Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com aquisição de ativos qualificadores. No Consolidado, terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens do imobilizado, calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias em terrenos	25-50
Edifícios	20-50
Instalações	10-50
Máquinas e equipamentos	10-25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Computadores	5
Ferramental	2,5-7
Benfeitorias	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valo contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxa pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

<u>Provisões</u>

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor

recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- 10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:
- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providencias adotadas para corrigi-las.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os auditores externos da Companhia emitiram o parecer em 20 de abril de 2012, não havendo tempo hábil para elaboração da carta de recomendação à administração sobre

possíveis deficiências e recomendações quanto os controles internos. A resposta a essa questão será respondida assim que for recebida a carta de recomendação.

- 10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não tenham aparecido em seu balanço patrimonial.
- 10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Nenhum item foi citado na questão 10.8.

- 10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
- a. investimentos, incluindo:
 - I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

<u>Latapack-Ball</u>: dos investimentos previstos para 2012, estima-se que R\$ 15 milhões serão gastos com a aquisição de equipamentos e benfeitorias nas unidades fabris da Latapack-Ball Embalagens Ltda.. Adicionalmente, a sociedade investirá algo em torno de R\$ 110 milhões na nova unidade fabril de produção de latas na cidade de Alagoinhas—BA, cujo investimento total estimado é cerca de R\$ 200 milhões e foi parcialmente desembolsado em 2011.

PQ Seguros: não estão previstos investimentos para 2012.

II. fontes de financiamento dos investimentos

<u>Latapack-Ball Embalagens Ltda.</u>: a administração da sociedade financiou o investimento em Alagoinhas-BA com captação de dívida junto ao Internacional Finance Corporation (IFC).

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

<u>Latapack-Ball Embalagens Ltda.</u>: a sociedade não possui desinvestimentos relevantes em andamento e atualmente não tem a intenção de realizá-los.

<u>PQ Seguros S.A.</u>: a sociedade não possui desinvestimentos relevantes em andamento e atualmente não tem a intenção de realizá-los.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

<u>Latapack-Ball Embalagens Ltda.</u>: conforme informado anteriormente, a sociedade ainda está analisando projetos de investimento destinados ao aumento de sua capacidade produtiva.

- c. novos produtos e serviços, indicando:
 - I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
 - II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - III. projetos em desenvolvimento já divulgados
 - IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

<u>Latapack-Ball Embalagens Ltda.</u>: não há intenção da sociedade em desenvolver novos produtos ou serviços.

<u>PQ Seguros S.A.</u>: não há intenção da sociedade em desenvolver novos produtos ou serviços.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 20.958.374,22.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

A Companhia não deliberou dividendos ou juros sobre capital próprio no exercício de 2011.

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído

Não houve distribuição do lucro líquido do exercício. O dividendo mínimo obrigatório (25%) excedeu a parcela do lucro realizado, sendo destinado integralmente para a reserva de lucros a realizar.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve deliberação de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
- a) O valor bruto de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre capital próprio no exercício de 2011.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre capital próprio no exercício de 2011.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre capital próprio no exercício de 2011.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre capital próprio no exercício de 2011.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio no exercício de 2011 com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
- a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Quantidade de	!			
ações	2011	2010	2009	2008
Ações ordinárias	126.000	126.000	126.000	126.000
Ações preferenciais	31.388	31.388	31.388	31.388
Lucro por ação	2011	2010	2009	2008
Ações ordinárias Ações	133,1637369	177,3030802	89,4089471	152,9659538
preferenciais	133,1637369	177,3030802	89,4089471	152,9659538
_	2011	2010	2009	2008
Lucro do exercício	20.958.374,22	27.905.377,18	14.071.895,37	24.075.005,53

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

			2010	2009	2008
Ações ordinár	ias		-	-	52,73
Ações prefere	nciais		-	-	52,73
			2010	2009	2008
Dividendos	е	JCP			_
distribuídos			-	-	8.299.069,24

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a Administração propôs a destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício, no montante de R\$ 1.047.918,71

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Resultado do exercício: R\$ 20.958.374,22 Lucro a ser destinado: R\$ 20.958.374,22

Reserva Legal (5% do lucro a ser destinado): R\$ 1.047.918,71

9. Caso a companhia possua ações preferências com direitos a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia possui ações preferências de classe "A", as quais possuem prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não deliberou dividendos no exercício de 2011, pois a parcela realizada do lucro do exercício não foi suficiente.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela pendente de pagamento.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não houve deliberação de dividendos no exercício de 2011.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não houve deliberação de dividendos no exercício de 2011.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do lucro líquido verificado serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social. Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, calculado na forma do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Não está sendo pago integralmente, pois depende da disponibilidade de caixa.

c) Informar o montante eventualmente retido

O dividendo obrigatório de 2011 foi retido no valor de R\$ 4.977.613,88 na rubrica reserva de lucros a realizar. Há, na reserva especial de dividendos, o valor de R\$ 9.121.486,88 decorrente de anos anteriores.

11. Havendo a retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

O montante acumulado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 21.439.869,47.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise da liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixas positivos

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com saldo de disponibilidades e aplicações financeiras de R\$ 18.696.125,18 e endividamento (curto e longo prazo), de R\$ 76.243.003,96, resultando em uma dívida líquida de R\$ 57.546.878,78. O índice de liquidez corrente da Companhia, calculado pela divisão do total dos ativos circulantes pela soma dos passivos circulantes, é de 34,42.

A principal atividade da Companhia é a participação em outras empresas. A receita é substancialmente advinda do resultado de participação em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Adicionalmente, o financiamento de longo prazo da Companhia foi contraído para aumento de participação acionária em uma de suas controladas em conjunto, atuante no segmento de embalagens metálicas. Dada a perspectiva de crescimento do mercado de bebidas e latas de alumínio e com o aumento da geração de caixa decorrente da operação acima, a Companhia espera honrar seus compromissos contratuais.

c) Justificar as retenções dos dividendos

O pagamento de dividendos está condicionado à disponibilidade econômica das controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia. Os saldos da reserva de

lucros a realizar e da reserva especial de dividendos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 está associado, às restrições impostas à controlada em conjunto Latapack-Ball Embalagens Ltda. relativas ao contrato de financiamento do IFC, uma das quais relacionada ao pagamento de dividendos (vide Item 10.1, letra f, subitem IV, do Formulário de Referência) e a necessidade de retenção de caixa para pagamento do empréstimo tomado junto ao banco Bradesco S.A para aumento de participação no capital da Latapack S.A.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não houve destinação do resultado de 2011 para reserva de contingências.

- b) Identificar a perda considerada provável e a sua causa Não aplicável.
- c) Explicar porque a perda foi considerada provável Não aplicável.
- d) Justificar a constituição da reserva
 Não aplicável.
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.
- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Foi destinada a reservas de lucros a realizar 25% correspondente os dividendos mínimos obrigatórios que ultrapassaram a parcela realizada do resultado advindo de equivalência patrimonial nas controladas e controladas em conjunto.

- **b)** Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva Os lucros não realizados que deram origem a reserva são advindos de equivalência patrimonial nas controladas e controladas em conjunto.
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido, depois das destinações para constituição da reserva legal e para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, poderá, se a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, ser destinado a uma reserva estatutária que terá por objetivo (a) o aumento da participação acionária detida pela Companhia nas suas controladas e/ou coligadas, (b) o reforço de capital, e/ou (c) pagamento de dividendos aos acionistas.

b) Identificar o montante destinado à reserva

A destinação do resultado de 2011 para reserva estatutária foi de R\$ 14.923.841,63.

c) Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado da seguinte forma: Resultado do exercício: R\$ 20.958.374,22

Reserva legal (5% do resultado do exercício): R\$ 1.047.918,71

Reserva de lucros a realizar: R\$ 4.977.613,88

Reserva estatutária (saldo remanescente): R\$ 14.932.841,63

- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
- a) Identificar o montante de retenção
 Não aplicável.
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital
 Não aplicável.
- 16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais
- a) Informar o montante destinado à reserva Não aplicável.
- b) Explicar a natureza da destinação
 Não aplicável.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30.04.2012, às 11h, a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, qual seja, o valor global anual de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM N° 480/09)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração tem como objetivo contratar e garantir a permanência dos profissionais mais qualificados do mercado.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O Conselho de Administração não recebe remuneração.

Já a Diretoria Estatutária faz jus à remuneração fixa e, eventualmente, variável, além da percepção de benefícios indiretos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria:

No exercício de 2011 – ano em que não houve pagamento de remuneração variável – a remuneração fixa correspondeu a 65,33% da remuneração total, enquanto que os benefícios indiretos (plano de saúde e seguro de vida) a 34,67%.

Conselho de Administração:

No exercício de 2011 – ano em que não houve pagamento de remuneração variável – os benefícios indiretos (plano de saúde) corresponderam a 100% da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A parcela fixa da remuneração global pode variar em função das práticas de mercado adotadas e do desempenho de cada administrador.

A remuneração variável depende da avaliação semestral individual das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração cuja fórmula para o cálculo é um múltiplo da parcela fixa.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O modelo de composição da remuneração adotado pela Companhia em relação à parcela fixa e benefícios indiretos são baseados nas práticas de mercado. Em relação à parcela variável, esta tem por base o desempenho individual dos administradores.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração fixa é considerada a responsabilidade atribuída ao cargo, com base nas práticas de mercado. Para a parcela variável da remuneração, toma-se por base o desempenho individual do administrador.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável depende do desempenho individual de cada administrador.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração é estruturada de forma a refletir o cumprimento dos objetivos da Companhia no curso do exercício, de acordo com os objetivos de curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme item 13.15, um dos Diretores da Companhia, por ser também Diretor da controlada PQ Seguros S.A., recebe, eventualmente, remuneração variável, pois faz jus à participação nos resultados, por tal sociedade.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, pois não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Beneficios Diretos e Indiretos 28.433,25 36.309,90 42.247,72 47.000,00 153.990,81		Diretoria Estatutária					
Remuneração Fixa Anual (R\$) Salánio / Pró-Labore 467.210,07 166.000,00 127.783,00 140.000,00 900.993,01 38.90,01 42.247,72 47.000,00 153.990,81 47.000,00 47.000		2009	2010	2011	2012	TOTAL	
Salário / Pró-Labore 467.210,07 166.000,00 127,783,00 140.000,00 900.993,01	Números de Membros	2	2	2	2		
Beneficios Diretos e Indiretos 28.433,25 36.309,90 42.247,72 47.000,00 153.990,81	Remuneração Fixa Anual (R\$)						
Participação em Comitês 93.442,01 33.200,00 25.567,20 28.000,00 180.209,2: Total 589.085,33 235.509,90 195.597,92 215.000,00 1.235.193,11 2012 237.783,90 237	Salário / Pró-Labore	467.210,07	166.000,00	127.783,00	140.000,00	900.993,07	
Outros (INSS) 93.442,01 33.200,00 25.567,20 28.000,00 180.209,21 Total \$89.085,33 235.509,90 195.597,92 215.000,00 1.235.193,11 Remuneração Variável (R\$) Bênus - - - - Participação nos Resultados 237.783,96 - - - - Participação em Reuniões - - - - - - Comissões -	Benefícios Diretos e Indiretos	28.433,25	36.309,90	42.247,72	47.000,00	153.990,87	
Total S89.085,33 235.509,90 195.597,92 215.000,00 1.235.193,11	Participação em Comitês	-	-	-	-	-	
Total S89.085,33 235.509,90 195.597,92 215.000,00 1.235.193,11	Outros (INSS)	93.442,01	33.200,00	25.567,20	28.000,00	180.209,21	
Bônus			235.509,90	195.597,92	215.000,00	1.235.193,15	
Bônus							
Participação nos Resultados 237.783,96 237.783,96 Participação em Reuniões 237.783,96 Participação em Reuniões	Remuneração Variável (R\$)						
Participação em Reuniões - - - - - - - - -		-	-	-	-	-	
Participação em Reuniões - - - - - - - - -	Participação nos Resultados	237,783,96	-	-	-	237.783.96	
Comissões		-	-	_	_	-	
Outros - - - - 237.783,96 - - 237.783,99 - - 237.783,99 -		_	_	_	_	_	
Denefícios Pós-emprego		_					
Beneficios Pós-emprego		227 702 06				227 702 06	
Remuneração baseada em ações	Total	237.763,90			-	237.763,90	
Remuneração baseada em ações	Panafícias Dás-ampraga	-	_	-	-	-	
Remuneração baseada em ações	benencios Pos emprego						
Remuneração baseada em ações	Benefícios nela cessação do						
Remuneração baseada em ações		-	-	-	-	-	
Total Remuneração (Diretoria) 826.869,29 235.509,90 195.597,92 215.000,00 1.472.977,11 Conselho de Administração			'				
Conselho de Administração 2009 2010 2011 2012 TOTAL	Remuneração baseada em						
Conselho de Administração	ações	-	-	-	-	-	
Conselho de Administração							
2009 2010 2011 2012 TOTAL	Total Remuneração (Diretoria)	826.869,29	235.509,90	195.597,92	215.000,00	1.472.977,11	
2009 2010 2011 2012 TOTAL							
2009 2010 2011 2012 TOTAL			Conco	lho do Administr	ra cão		
Números de Membros 10 10 10 10 10		2009				TOTAL	
Remuneração Fixa Anual (R\$) Salário / Pró-Labore - - - - - - - - -	Números de Membros					TOTAL	
Benefícios Diretos e Indiretos 86.017,18 116.191,68 132.934,26 - 335.143,12 Participação em Comitês							
Participação em Comitês	Salário / Pró-Labore	-	-	-	-	-	
Outros - - - - - - - - - - - - - - - - 335.143,12 - - - 335.143,12 - - - 335.143,12 -		86.017,18	116.191,68	132.934,26	-	335.143,12	
Remuneração Variável (R\$)						-	
Remuneração Variável (R\$) Bônus -						-	
Bônus - <td>lotal</td> <td>86.017,18</td> <td>116.191,68</td> <td>132.934,26</td> <td>-</td> <td>335.143,12</td>	lotal	86.017,18	116.191,68	132.934,26	-	335.143,12	
Bônus - <td>Remuneração Variável (R\$)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>	Remuneração Variável (R\$)						
Participação nos Resultados -<		-	-	-	-	-	
Participação em Reuniões - <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td>		-	-	-	-	-	
Outros - <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td>		-	-	-	-	-	
Total - <td>Comissões</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td>	Comissões	-	-	-	-	-	
Benefícios Pós-emprego -		-		-	-		
Benefícios pela cessação do exercício do cargo - <t< td=""><td>Total</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></t<>	Total	-	-	-	-	-	
Benefícios pela cessação do exercício do cargo - <t< td=""><td>Panafícias Dás-ampraga</td><td>-</td><td>- 1</td><td>- 1</td><td>-</td><td></td></t<>	Panafícias Dás-ampraga	-	- 1	- 1	-		
exercício do cargo - - - - - Remuneração baseada em ações - - - - - - Total Remuneração (CA) 86.017,18 116.191,68 132.934,26 - 335.143,12	Belleficios Pos-elliprego	-	-	-	-	-	
exercício do cargo - - - - - Remuneração baseada em ações - - - - - - Total Remuneração (CA) 86.017,18 116.191,68 132.934,26 - 335.143,12	Benefícios pela cessação do						
ações	exercício do cargo	-	-	-	-	-	
ações							
Total Remuneração (CA) 86.017,18 116.191,68 132.934,26 - 335.143,12							
Total Remuneração (CA) 86.017,18 116.191,68 132.934,26 - 335.143,12 Total (Diretoria + CA) 912.886.47 351.701.58 328.532.18 215.000.00 1.909.120.23	açues	-	-	-	-	-	
Total (Directoria + CA) 912 886 47 351 701 58 328 522 18 215 000 00 1 909 120 22	Total Remuneração (CA)	86.017.18	116.191.68	132,934,26	-	335.143.12	
10tal (Directoria - On) 312:000/17 331:701:30 320:332:10 213:000:00 1:000:120:23	Total (Diretoria + CA)	912.886,47	351.701,58	328.532,18	215.000,00	1.808.120,23	

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2012)									
	Conselho de	Diretoria	Conselho						
Ano base 2012	Administração	Estatutária	Fiscal	Total					
Números de membros	-	-	-	-					
Bônus									
Valor mínimo previsto no plano									
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-					
Valor máximo previsto no plano									
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-					
Valor previsto no plano de									
remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-					
Valor efetivamente									
reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-					
Participação nos resultados									
Valor mínimo previsto no plano									
de remuneração	N/A	-	N/A	-					
Valor máximo previsto no plano									
de remuneração	N/A	-	N/A	•					
Valor previsto no plano de									
remuneração - metas atingidas	N/A	-	N/A	-					
Valor efetivamente									
reconhecimento	N/A	-	N/A	-					

Remuneração variável - exerc	ício social encerr	ado em 31.12.2	011	
	Conselho de	Diretoria	Conselho	
Ano base 2011	Administração	Estatutária	Fiscal	Total
Números de membros	-	-	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano				
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor máximo previsto no plano				
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor previsto no plano de				
remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-
Valor efetivamente				
reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano				
de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano				
de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de				
remuneração - metas atingidas	N/A	-	N/A	-
Valor efetivamente				
reconhecimento	N/A	-	N/A	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.12.2010									
Ano base 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total					
Números de membros	-	2	-	2					
Bônus									
Valor mínimo previsto no plano									
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-					
Valor máximo previsto no plano									
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-					
Valor previsto no plano de									
remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-					
Valor efetivamente									
reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-					
Participação nos resultados									
Valor mínimo previsto no plano									
de remuneração	N/A	-	N/A	-					
Valor máximo previsto no plano									
de remuneração	N/A	-	N/A	-					
Valor previsto no plano de									
remuneração - metas atingidas	N/A	351.371,16	N/A	351.371,16					
Valor efetivamente									
reconhecimento	N/A	-	N/A	-					

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.12.2009										
	Conselho de	Diretoria	Conselho							
Ano base 2009	Administração	Estatutária	Fiscal	Total						
Números de membros	-	2	-	2						
Bônus										
Valor mínimo previsto no plano										
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-						
Valor máximo previsto no plano										
de remuneração	N/A	N/A	N/A	-						
Valor previsto no plano de										
remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-						
Valor efetivamente										
reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-						
Participação nos resultados										
Valor mínimo previsto no plano										
de remuneração	N/A	-	N/A	-						
Valor máximo previsto no plano										
de remuneração	N/A	-	N/A	-						
Valor previsto no plano de										
remuneração - metas atingidas	N/A	351.371,16	N/A	351.371,16						
Valor efetivamente										
reconhecimento	N/A	237.783,96	N/A	237.783,96						

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

a. termos e condições gerais

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

k. forma de liquidação

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

I. restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Segue a posição acionária consolidada, em 31 de dezembro de 2011, dos administradores da Companhia:

Sociedade emissora:

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de	, 770	F 07	47.444	E 4 E 4	00.004	45.47
Administração	6.770	5,37	17.111	54,51	23.881	15,17
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	6.770	5,37	17.111	54,51	23.881	15,17

Controladores diretos ou indiretos:

Auriga Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.164	95.79	0	0.00	15.164	95,75
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15,164	95,79	0	0,00	15.164	95,75

Bela Vista Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	12.553	74,57	0	0.00	12.553	74.54
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	12.533	74,57	0	0,00	12.533	74,54

EM Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	21.895	94,27	0	0,00	21.895	94,24
,		·	- U	,		,
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	21.895	94,27	0	0,00	21.895	94,24

Figusbel Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de			_			
Administração	5.637	89,43	0	0,00	5.637	89,33
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	5.637	89,43	0	0,00	5.637	89,33

LM Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.166	95,79	0	0,00	15.166	95,75
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15.166	95,79	0	0,00	15.166	95,75

Mabe Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.163	91,93	0	0,00	15.163	91,89
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15.163	91,93	0	0,00	15.163	91,89

Monembasia Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	10.272	74,42	0	0.00	10.272	74,39
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	10.272	74,42	0	0,00	10.272	74,39

Mucugê Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de						
Administração	333	2,06	0	0,00	333	2,06
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	333	2,06	0	0,00	333	2,06

Sociedades controladas:

PQ Seguros S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de						
Administração	7.217	4,85	-	-	7.217	4,85
Diretoria	0	0,00	-	-	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	7.217	4,85		-	7.217	4,85

Latapack S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	1	0,000002	-	_	1	0,000002
Diretoria	2	0,000005	-	-	2	0,000005
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	3	0,000007	-	-	3	0,000007

Sociedades sob o controle comum:

Aleutas S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	1.584	2,51	-	-	1.584	2,51
Diretoria	0	0,00	-	-	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	1.584	2,51	-	-	1.584	2,51

PIN Petroquímica Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	3.621	5,37	9.448	56,26	13.069	15,52
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	3.621	5,37	9.448	56,26	13.069	15,52

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

- i. data de outorga
- ii. quantidade de opções outorgadas
- iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- iv. prazo máximo para exercício das opções
- v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - o em aberto no início do exercício social
 - o perdidas durante o exercício social
 - o exercidas durante o exercício social
 - o expiradas durante o exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d. valor justo das opções na data de outorga

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois a Companhia não tem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois a Companhia não tem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

- c. em relação às opções ainda não exercíveis:
- i. quantidade
- ii. data em que se tornarão exercíveis
- iii. prazo máximo para exercício das opções
- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
- ii. prazo máximo para exercício das opções
- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois a Companhia não tem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois a Companhia não tem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

- c. em relação às opções exercidas informar:
- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de exercício
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

- d. em relação às ações entregues informar:
- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável, pois a Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

c. nome do plano

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Diretoria Estatutária								
EXERCÍCIO SOCIAL 2009 2010 2011								
Números de membros	2	2	2					
Números de membros								
para o cálculo da média	2 2		1					
valor da maior								
remuneração	342.992,66	159.909,90	195.597,92					
valor da menor								
remuneração	278.580,79	159.909,90	195.597,92					
valor médio de								
remuneração individual	413.434,65	159.909,90	195.597,92					

Conselho de Administração								
EXERCÍCIO SOCIAL 2009 2010 2011								
Números de membros	10	10	10					
Números de membros	10	10	10					
que efetivamente	6	6	6					
valor da maior								
remuneração	22.746,60	29.047,92	33.233,69					
valor da menor								
remuneração	5.686,65	7.261,98	8.308,38					
valor médio de								
remuneração individual	14.336,20	19.365,28	22.155,71					

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois não há quaisquer instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2011
Diretoria Estatutária	59,54%
Conselho de Administração	40,46%
Conselho Fiscal	-
Órgão	2010
Diretoria Estatutária	66,96%
Conselho de Administração	33,04%
Conselho Fiscal	
Órgão	2009
Diretoria Estatutária	90,58%
Conselho de Administração	9,42%
Conselho Fiscal	-

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, pois não há nenhum valor reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros da administração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração Variável - Participação nos Lucros						
•	Conselho de	Diretoria	Conselho			
Exercício Social 2011	Administração	Estatutária	Fiscal	Total		
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-		
Controladas do emissor	-	138.600,00	-	138.600		
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-		
Total	-	138.600,00	-	138.600,00		
Remuneraç	ão Variável - Par	ticipação nos L	ucros			
	Conselho de	Diretoria	Conselho			
Exercício Social 2010	Administração	Estatutária	Fiscal	Total		
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-		
Controladas do emissor	-	573.822,86	-	573.823		
Sociedades sob controle comum	-	-	1	-		
Total	-	573.822,86	ı	573.822,86		
Remuneraç	ão Variável - Par	ticipação nos l				
	Conselho de	Diretoria	Conselho			
Exercício Social 2009	Administração	Estatutária	Fiscal	Total		
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-		
Controladas do emissor	-	496.669,20	•	496.669		
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-		
Total	-	496,669,20	-	496,669,20		

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.